

Comitês das Bacias Hidrográficas dos



Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

CT-RN - CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 32.^a Reunião Ordinária da CT-RN - 17/12/2009 - 08h30
SAEE - Indaiatuba - SP

Membros Presentes	
ABCON	Márcia A. B. Ragogna (S)
AEEA Atibaia	Carlos A. Aquino (T)
AESABESP	Maria Cristina Dellatorre(T)
Assemae	Rosabel C. G. Monteiro (T)
Barco Escola	Diego Chaveri Baggio (S) Thaís F. de Campos(S)
CETESB	Marcos Zanaga Trapé (T) Vicente L. Cúrcio (S)
Consórcio PCJ	Guilherme A. Valarini(S)
DAAE-Rio Claro	Willy Wener G. Bóbbo (T)
DAEE	Walter A. Becari (T)
ELO Ambiental	Claudia Grabher (T) José Roberto Piccolo (S)
IAC	Rinaldo de O. Calheiros (T)
INEVAT	Francisco A. Moschini (T)
IPÊ	Thomaz C. de Almeida (S)
Jaguatibaia	José Carlos Perdigão (T)
PM Campinas	Renato Da Rios Rugai (S) Ricardo Simão Amon (S)

P.M. SALTO	Francisco A. Moschini (T)
Rotary Amparo	Ivan Antonio Blumer(T) Andréa Cristina Blumer (S)
Rotary Internacional	Luiz Antonio C. S. Brasi (T)
Rotary S. Pedro	Maurício Rodrigues Alves(T)
SAA/APTA	Rinaldo O. Calheiros (T)
SABESP	Maurício A. Manella (T)
SANASA	Rosabel Monteiro (T)
Sind. Rural Indaiatuba	James A. M. Landmann (T)
UNICAMP	Jorge Tamashiro (S)

Entidades Ausentes sem justificativa
PM 2 CORREGOS
PM ITAPEVA
PM NAZARÉ PAULISTA
PM PEDREIRA
PM SANTA MARIA DA SERRA
PIRACICABA 2010
SAAE Atibaia
*DAE Santa Bárbara D'Oeste
* FLORESPI
PUC Campinas
ÚNICA

Comitês das Bacias Hidrográficas dos



Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

CT-RN - CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Entidades Ausentes com justificativa	
PM Americana	
Fundação Florestal	
*ONG CAMINHO VERDE	
*PM SUMARÉ	
*CODEN	
preservAÇÃO	

CBRN – SMA	Maria Castelhana
CEA/SMA PCJ	Maria Luiza B Palmieri
IAC/SAA	Ricardo Marques Coelho
IAC/SAA	Déa R. E. Carvalho
IPE	Patrícia Paranaguá
SABESP	Jão Roberto Miranda
Ana Maria S. Pereira	Consultora

Convidados	
SMA/CBRN	Helena Carrascosa
PM LOUVEIRA	Tatiana F.C.Silva
PM Americana	Roberta L. Pereira
CT Rural	Jão Primo Baraldi
ESALQ/USP	Rogério T. da Silva
Sind. Rural Brag.P.	João C. Rubena
CATI-SAA	Emanuel Haddad
PM Torrinha	Alaor Figueiredo
Coop.Holambra	Petrus B. Weil
Ass.Prodts Atibaia	Oswaldo Barone Filho
AB.PCJ	Karla Yansen
PM Itatiba	PM Atibaia
PM Várzea	Marcelo Firmino
Prefeitura Itatiba	Cláudia Zago

(T) Titular (S) Suplente (R) Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica de 07/12/09. **2. Abertura:** O Sr. Marcos, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela presença e dizendo da importância desta reunião conjunta entre as CTs Rural e de RN. A seguir passou ao Sr. Jão Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural que cumprimentou a todos e na sequência a palavra ficou com as entidades que sediaram a reunião Sindicato Rural, representada pelo Sr. James Landmann e SAEE. Em nome do sindicato o Sr. James falou sobre as atividades produtivas do setor rural do município e dos problemas gerados para o produtor rural decorrentes da pressão da ocupação urbana, tais como assoreamento de represas e corpos d'água. A sra. Da do SAEE de Indaiatuba falou sobre os serviços prestados por sua entidade e apresentou um vídeo institucional. **3. ATA da Reunião anterior** – a ATA da reunião anterior realizada em Nazare Paulista dia 27/10, ainda não foi enviada e ficará para aprovação na próxima reunião. **4. Apresentação**



Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

CT-RN - CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais : a seguir o Sr Marcos passou a palavra para a sra. Helena Carrascosa coordenadora da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, que passou a apresentar a proposta de pagamento por serviços ambientais. Inicialmente disse que o principal interlocutor de propostas visando recuperar e conservar o meio é o produtor rural pois em seu domínio estão as áreas rurais e os recursos naturais. E o produtor precisa ser ouvido e conquistado para se envolver, pois ele é um aliado em potencial da conservação dos recursos naturais, em especial da água. Mas precisa ter condições de aliar a produção agropecuária de sua propriedade visando sua sobrevivência com a conservação dos recursos naturais. Disse também que o uso do solo precisa ser visto de forma técnica, pois existem áreas onde a atividade agropecuária tradicional não é econômica. Essas áreas no entanto geram outros benefícios para as comunidades vizinhas da propriedade. Benefícios como melhor infiltração das águas de chuva, melhor qualidade das águas que correm para os rios e mananciais de abastecimento, melhor qualidade do ar e do clima. Benefícios no entanto difíceis de serem mensurados e portanto valorados. Qual o valor de um Hectare de floresta nativa conservada? Certamente vai depender de sua localização, se está protegendo uma nascente, P. EX., e muitas outras variáveis. A discussão passa ainda quanto a possibilidade de pagar pelo serviço ambiental, pois se for o caso do Estado pagar por serviços ambientais só poderá fazê-lo se essa possibilidade estiver sustentada em Lei específica para isso. Essa discussão promovida pela SMA, gerou a Deliberação CONSEMA 32/2009, de 22 de

setembro de 2009 da 263ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema, com a proposta de MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI que “Institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, altera dispositivos que especifica da Lei 11.160, de 18 de junho de 2002, e dá outras ‘providências’ (anexa). Acrescentou que a discussão está aberta e deve ser fomentada em todo o estado de SP, e principalmente nos CBHs. **5. A seguir o Sr. Marcos passou a palavra para a sra. Priscila que apresentou os Projetos Pilotos, modelos estudados nos municípios de Nazaré Paulista e Joanópolis. 6. Dando continuidade foi aberta a palavra para debates e esclarecimentos :** entre as intervenções destacamos que será importante definir no CBHPCJ : - qual o estado atual das iniciativas de PSA na bacia PC , - as contribuições que o PCJ poderá realizar em relação à regulamentação (Decreto) da Política Estadual de PSA (por exemplo, em relação ao artigo 5º da minuta), - quais definições deverão ser buscadas pelo(s) Comitê(s) para a implantação desse programa, (aporte de recursos, formato dos projetos, ações financiáveis, etc). Após, encerradas as intervenções e contribuições, foi definido entre as CTs do setor Rural e de Recursos Naturais, a formação de um grupo de trabalho para acompanhar as discussões sobre o assunto na SMA e apresentar uma proposta para a bacia PCJ. Os coordenadores das CTs darão os encaminhamento para indicar três representantes de cada CT para formação desse grupo. Encerrando a sra. Helena e sra. Priscila agradeceram o convite da reunião e se colocaram para colaborar com novas demandas que o tema pagamento por serviços ambientais possa gerar, e se retiraram da reunião **7. Informes da Secretaria**

Comitês das Bacias Hidrográficas dos



Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

CT-RN - CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Executiva: na sequência, a sra. Karla Yansen apresentou informes da Secretaria Executiva : 1) A srta Karla esclareceu que referente as definições para o abatimento do "Valor Rural", as CTs Rural e RN precisarão definir conjuntamente um detalhamento para o item "c" do inciso II do artigo 13 da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07. Em linhas gerais, esse item "c" trata de uma obrigação do requerente do abatimento do "valor rural" da cobrança, que é "ter aderido às ações implementadas por programas conservacionistas, mediante comprovação por meio de declaração do órgão ou entidade coordenadora/implementadora do programa". O que será necessário discutir em conjunto é quais órgão(s) ou entidade(s) coordenadores/implementadores poderão comprovar essas ações, e ainda, se for possível, quais os requisitos ou estrutura mínimos que tais programas deverão apresentar para a aprovação do abatimento. O prazo para essa definição é até outubro de 2010. As CTs Rural e RN se comprometeram a discutir o assunto e elaborar proposta antes de outubro 2010; 2) A srta Karla fez esclarecimentos sobre o processo e os prazos de inscrição para os empreendimentos de DEMANDA INDUZIDA a serem propostos pelas CTs. O prazo para a inscrição dos empreendimentos é de 20 a 22/01/2010, das 8 às 17 horas na Agência de Água PCJ. Os coordenadores das CTs irão providenciar o atendimento da demanda da CT-PL. **8. Indicação dos projetos de demanda induzida :** após essa etapa as CTs se reuniram separadamente para discussão dos projetos de demanda espontânea apresentados, e os projetos de demanda induzida: sobre os projetos de demanda espontânea foram apresentados os pareceres da CT-RN. Sobre os projetos de demanda induzida ficou definido que serão indicados projetos relacionados à

Preservação de Mananciais, por se tratar de prioridades do Plano Diretor, sendo definidos os Mananciais 1. do Ribeirão dos Toledos, com possível tomador o DAE de Santa Bárbara D'Oeste, e 2. Do Corumbataí, sendo possível tomador o Fórum de Entidades. Foi definido que caso houvesse interesse de entidades para apresentar novos projetos, os mesmo deveriam ser encaminhados ao Coordenador para os trâmites normais para indicação. **7. Encerramento:** O Sr. Marcos Trapé agradece e solicita a mobilização de todos para continuidade dos trabalhos da CT-RN. Não havendo mais nenhuma manifestação, foi dada por encerrada a reunião.

Marcos Zanaga Trapé
Coordenador da CT-RN